

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA
DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**

REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO, EM 15.05.2018.

ATA nº 382

Ao décimo quinto dia do mês de maio do ano dois mil e dezoito, às 11:30h reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no Escritório do Rio de Janeiro, localizado na Av. Pasteur, 404, Urca, com a presença dos Conselheiros Titulares, Frederico Bedran Oliveira, Erick Biill Vidigal (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Nucilene Lima de Freitas França, Titular (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, Juliano de Oliveira, Diretor Interino de Administração e Finanças (DAF), Suliman Tadei, Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), Dauro Ferreira, Contador Substituto e representante da Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Sheila Teixeira Ribamar, Dinei Dias da Silva, Chefe Interino da Auditoria Interna (AUDITE), Palmiro Franco Capone, Assessor de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos e Cristiano Jorge André, pela Secretaria Geral. O Conselheiro Frederico Bedran Oliveira, no exercício da Presidência do Conselho Fiscal deu início à reunião e solicitou o exame dos itens da Ordem do Dia: **PRIMEIRO ITEM** – LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA 381 – Após as devidas retificações e sugestões, foi assinada a Ata 381. **SEGUNDO ITEM** – ASSUNTOS DA CONTABILIDADE – O representante da DICOGE informou que o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Certidão Relativa aos Tributos Municipais, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a Certidão Relativa aos Tributos Estaduais e a Certidão Relativa a Tributos Junto ao Distrito Federal estão dentro do prazo de validade. Apresentou ainda o Balancete, os Balanços Patrimoniais



Comparativo e Sintético, ambos de 2018, os Resultados Analítico e Sintético, ambos de março/2018 e o Resultado Comparativo do Primeiro Trimestre de 2018. O Conselho Fiscal reiterou a solicitação para que os balancetes trimestrais sejam publicados no *Site* da Empresa, e solicitou ainda a apresentação de um demonstrativo dos Convênios em andamento firmados pela CPRM, tanto como Conveniente ou Beneficiário quanto como Concedente ou Repassador de Recursos. **TERCEIRO ITEM – ASSUNTOS DA AUDITORIA** - O Auditor Dinei Dias da Silva apresentou ao Conselho Fiscal a Nota Técnica nº 004/2018, sobre o Contrato nº 056/PR/17, celebrado com a LH-SQUIPANO CONSULTORIA – EPP. O Conselho Fiscal solicitou que a Presidência encaminhe para a SUREG-GO, via memorando, a Nota Técnica de Auditoria Interna nº 004/2018, para que sejam observadas as recomendações contidas no item nove da mesma. O Senhor Dinei Dias fez um relato ao Conselho sobre a situação da AUDITE, e informou o ingresso recente de mais um empregado para compor a equipe de trabalho. Dando continuidade, informou ao Conselho a aprovação do RAINTE na última Reunião do Conselho de Administração e seu posterior envio à CGU. O Conselho solicitou o agendamento de uma apresentação do RAINTE. O Auditor Dinei Dias ressaltou ainda que a CGU agendará em breve uma visita à CPRM no Rio de Janeiro, com o intuito de realizar os trabalhos *in loco* de Auditoria da Gestão em 2017. Os resultados da Auditoria da CGU deverão ser informados ao Conselho Fiscal em julho do ano corrente. **QUARTO ITEM – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – O representante do DECOF apresentou a posição da execução orçamentária das Ações Discricionárias e do PAC, até 09.05.2018. Nas Ações Discricionárias, informou terem havido, desde o início do ano, cortes e contingenciamentos que totalizaram R\$ 11.690.374, cerca de 12,1% da LOA inicial, resultando em um limite orçamentário de R\$ 84.615.153, dos quais R\$ 17.018.787 já foram executados, cerca de 20,11%, restando um Limite Disponível de R\$ 67.596.367. Já nas ações do PAC, o limite orçamentário é de R\$ 16.109.305, dos quais R\$ 1.877.353 já foram executados, cerca de 11,65%, restando um Limite Disponível de R\$ 14.231.952. O chefe do DECOF informou que o orçamento da CPRM vem diminuindo a cada ano, e quanto a possibilidade de buscar recursos externos através de contratos e convênios com estados, municípios e outras



instituições, explicou que as fontes 50 e 81, referentes a contratos e convênios, respectivamente, estão inseridas no limite do orçamento anual. O Conselho Fiscal solicitou o envio de memorando ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva sugerindo a avaliar a concentração de esforços na busca por recursos externos, mediante convênios e contratos com estados, municípios e outras instituições, diminuindo a dependência de recursos do tesouro, em contraposição à limitação do teto orçamentário, já que as fontes 81 e 50, referentes a convênios e contratos, respectivamente, estão inseridas no limite do orçamento anual. **QUINTO ITEM – DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS** – Foi apresentado ao Conselho o demonstrativo elaborado pela Divisão de Contratos (DICON/DEAMP), relativo aos Contratos celebrados pela CPRM no período de março a maio de 2018, no qual constaram os seguintes contratos: 017/PR/18 - LH-SQUIPANO CONSULTORIA EPP, 013/PR/18 – PERKINELMER DO BRASIL LTDA e 023/PR/18 – MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAUS. **SEXTO ITEM – RELATÓRIO DE DÍVIDAS DE CLIENTES, POSIÇÃO EM 30.04.2018** – Foi apresentada ao Conselho a posição em 30.04.2018 da evolução da dívida de clientes, fornecida pela Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF). A dívida vencida há mais de 30 dias totaliza R\$ 254 mil, dos quais R\$ 203 mil correspondem à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, em cobrança judicial. Sobre esta última, em resposta aos memorandos 188/SEGER-2017 e 101/SEGER-2018, o Relatório nº 003/DICOTE/2018, elaborado pela Divisão de Contencioso (DICOTE/COJUR), encaminhado pelo memorando 038/DICOTE-COJUR/2018, de 07.05.2018, reitera que o processo supra mencionado, a partir de 2017, vem seguindo o trâmite de praxe, sendo o posicionamento do Juízo, na presente data, favorável à tese proposta pela CPRM. **SÉTIMO ITEM – ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES** – O Secretário João Dias informou que o demonstrativo de demandas judiciais, no que tange aos riscos financeiros, encontra-se em processo de finalização e será encaminhado nos próximos dias aos membros do Conselho. O Conselho Fiscal reiterou a necessidade da apresentação mensal do demonstrativo das ações judiciais detalhadas por ramo (Trabalhista, Tributário, Civil, dentre outros). **OITAVO ITEM** – Assuntos Gerais – a) Sobre a compra



de passagens aéreas, o Diretor da DAF informou já ter manifestado à Diretoria Executiva sua preocupação com os gastos com passagens, e apresentou um *Dashboard* (painel) elaborado para o acompanhamento de diversas informações relacionadas à aquisição de passagens, inclusive quanto à antecedência das solicitações. Neste painel fica evidenciado que 50% das passagens aéreas ainda são solicitadas com menos de sete dias de antecedência. O Conselho Fiscal solicitou a adequação à norma que prevê o prazo definido para a compra de passagens aéreas.

b) Quanto à utilização de cartões corporativos, o Diretor da DAF informou que os mesmos já são utilizados pela Diretoria da CPRM. Ressaltou que a utilização da RAD (Requisição de Adiantamento de Despesas) para viagens de Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais, bem como a adoção dos mesmos limites de valores para gastos com alimentação em viagens administrativas, daqueles praticados para os demais empregados, foram ações importantes no sentido da transparência da gestão.

c) O Diretor de Administração e Finanças apresentou ao Conselho Fiscal as Metas de cada Diretoria para a Gratificação por Desempenho de Atividade Geocientífica (GDAG), referentes ao ano de 2018.

d) Palmiro Capone, Assessor de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, informou aos Conselheiros que a CPRM, após o segundo ciclo de avaliação do Índice de Governança da SEST (IG – SEST), teve seu índice elevado para o nível 2, e lembrou que no primeiro ciclo a CPRM havia ficado em penúltimo lugar (nível 4) dentre as 47 Empresas Estatais avaliadas. Segundo Capone o índice de governança da CPRM poderá melhorar ainda mais no próximo ciclo de avaliação (3º ciclo).

e) No que tange à dívida do IPTU do Escritório no Rio de Janeiro, o Diretor da DAF informou que estará se reunindo com a COJUR para discutir a possibilidade de entrar com uma ação na justiça utilizando a tese da imunidade tributária elaborada por aquela Consultoria. O Conselho Fiscal deliberou pelo encaminhamento de memorando ao Diretor-Presidente solicitando ser informado quanto às providências que vêm sendo adotadas para sanar o problema da aludida dívida, após a conclusão do Grupo de Trabalho criado para estudar a questão.

f) O Presidente do Conselho Fiscal solicitou informações ao Diretor da DAF quanto à questão do Financiamento à Pesquisa Mineral, registrado na conta de Ativo não



Circulante do Balanço Patrimonial da CPRM. Juliano Oliveira respondeu já haver um Grupo trabalhando na questão, e que todos os contratos relacionados ao tema foram encontrados. O Conselho Fiscal deliberou pelo encaminhamento de memorando ao Diretor-Presidente, solicitando informações quanto às providências adotadas pela empresa para regularizar a situação referente ao item Financiamento à Pesquisa Mineral, registrado na conta de Ativo não Circulante do Balanço Patrimonial da CPRM.

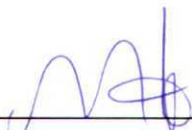
g) O Conselho Fiscal solicitou ao Diretor de Administração e Finanças uma reunião com os Auditores Independentes, quando os mesmos estiverem em sua próxima visita à CPRM. h) O Conselho Fiscal reforçou a necessidade de atualização das normas internas e a viabilização de curso de capacitação para os administradores e membros do Conselho Fiscal. Em seguida, não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.



FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA
PRESIDENTE



ERICK BIILL VIDIGAL
CONSELHEIRO



NUCILENE LIMA DE FREITAS FRANÇA
CONSELHEIRA



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
SECRETÁRIO-GERAL